Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Universidade Nova de Lisboa

Relatório de Gestão | 2015

Índice

1. Introdução 2
2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial 5
2.1. Análise de execução orçamental 5
2.1.1. Execução da receita e despesa global 5
2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado 6
2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias 8
2.2. Análise da situação financeira e patrimonial 17
2.2.1. Balanço 17
2.2.2. Demonstração de resultados por natureza 18
3. Perspectivas 20

1. Introdução

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) é uma unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa (UNL), cuja missão é dirigida às áreas das Ciências Biomédicas, Medicina Tropical e Saúde Internacional, visando o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade (clínicos, laboratoriais e de saúde pública), a contribuição para a resolução de problemáticas de vital importância para a saúde global em geral, e das regiões tropicais em particular, a cooperação e a divulgação do conhecimento científico.

O Conselho de Gestão é o órgão que garante a gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos do IHMT, sendo presidido pelo Diretor.

Em 2015, o Professor Doutor Paulo Ferrinho iniciou o seu segundo mandato como Diretor do IHMT, manteve como subdiretores os Professores Doutores Zulmira Hartz (subdiretoria de gestão do conhecimento) e Henrique Silveira (subdiretoria de investigação), convidou a Professora Doutora Maria do Rosário Oliveira Martins a coordenar a subdiretoria pedagógica e nomeou a Mestre Paula Costa como Administradora do Instituto. Procederam-se às eleições para as presidências dos Conselhos, sendo eleitos os Professores Doutores Lenea Campino (Conselho Científico), Miguel Viveiros (Conselho Pedagógico) e Cláudia Conceição (Conselho de Ética).

Prosseguiu-se com as várias agendas de trabalho, nomeadamente a qualificação e deslocalização do ensino, o reforço do ensino à distância, a focalização da investigação, a dinamização da cooperação, a gestão e avaliação do conhecimento, a rentabilização da prestação de serviços, a observação da saúde, a comunicação, a proteção do património museológico, a reorganização interna, a recuperação das infraestruturas e a valorização dos seus colaboradores.

O ensino manteve-se a grande prioridade da nossa missão, a nossa investigação continuou a focar várias áreas de importância para a saúde global e a cooperação internacional permanece transversal a todas essas atividades.

O IHMT centrou-se na concretização dos objetivos que tinha definido no seu Plano de Ação para 2015, integrado na sua Estratégia, alinhada com a estratégia da NOVA. Um dos principais objetivos alcançados traduziu-se no levantamento, através de um estudo de *benchmarking*, do posicionamento do IHMT relativamente às melhores instituições europeias de medicina tropical, numa perspetiva de direcionar o caminho a percorrer.

Na oferta formativa do IHMT, em 2015, contou-se com um total de 388 alunos inscritos: 118 alunos de Mestrado, 116 alunos de Doutoramento e 154 alunos de cursos de curta duração (37%, 57% e 59% internacionais, respetivamente). Nos cursos de curta duração destacam-se os alunos provenientes de países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (93% internacionais). Do total de alunos

inscritos em Mestrado, Doutoramento e cursos não conferentes de grau, 50% são internacionais. O IHMT ofereceu uma Pós-graduação, um Mestrado e um Doutoramento em conjunto com outras Unidades Orgânicas da NOVA e expandiu a oferta formativa em regime de *e-learning*, conjugando pela primeira vez sessões síncronas de *streaming* com as aulas assíncronas disponíveis na plataforma *moodle*.

Foram acolhidos 61 estagiários e 6 alunos participaram em mobilidade Internacional (*incoming*, *outgoing* e *Fellow Mundus*). Realizaram-se 35 provas públicas: 27 defesas de dissertação de 2º ciclo e 8 defesas de 3º ciclo.

O novo centro de investigação do IHMT, *Global Health and Tropical Medicine* (GHTM), em funcionamento desde janeiro, foi reavaliado como 'Excelente' pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O IHMT consolidou e desenvolveu a sua investigação através dos grupos: Doenças e organismos patogénicos transmitidos por vetores (VBD); TB, VIH e doenças e organismos patogénicos oportunistas (THOP); e Saúde das populações, políticas e serviços (PPS).

Em 2015 recebeu, entre outros, um projeto *Grand Challenges Explorations* da *Bill & Melinda Gates Foundation* e um dos seus projetos foi selecionado no âmbito do Programa Iniciativas de Saúde Pública / *EEA Grants*. A atividade científica do IHMT foi reconhecida através da atribuição de prémios como a Bolsa *Gilead Génese*, tendo o IHMT colaborador num estudo distinguido com o Prémio *Pfizer* de investigação básica.

O IHMT contou com 47,1 ETI que publicaram cerca de 180 artigos, dos quais mais de 130 em revistas indexadas, um aumento de 20% em relação ao ano anterior, dos quais 66% no 1º quartil (Scimago-Q1). O valor médio de fator de impacto foi de 2,8. As publicações envolveram uma forte componente de colaboração: das colaborações nacionais, 13% foram em estudos que envolveram outras unidades da NOVA, e 44% resultaram de colaborações internacionais, destas cerca de um terço com instituições da CPLP.

A prestação de serviços à comunidade é uma parte integrante da atividade do IHMT. Em parceria com a Associação para o Desenvolvimento da Medicina Tropical (ADMT), prestou serviços de consulta (medicina do viajante, medicina tropical e dermatologia tropical) e vacinação, tendo efetuado em 2015 mais de 10.000 consultas e administrado cerca de 20.000 vacinas.

No IHMT, é efetuado diagnóstico laboratorial especializado de aplicação à clínica e de natureza sanitária, e alguns exclusivos em Portugal, como as efetuadas no laboratório de referência de leptospirose da *International Leptospirosis Society* (ILS)/OMS.

O IHMT participou em missões de assessoria técnica no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Organização Mundial da Saúde. O Biotério, com alvará da Direção-Geral de Alimentação e

Veterinária e os insetários efetuam serviços especializados de experimentação animal em pequenos roedores e em mosquitos para instituições de investigação e pequenas e médias empresas.

O IHMT contribui ainda para a divulgação da ciência destinada ao grande público através de atividades no âmbito do programa Ciência Viva, Dia Aberto e interação com os *media*.

O IHMT promoveu e acolheu 32 eventos técnico-científicos (onde se incluíram 19 sessões GHTM), entre estes, destacamos a organização do 3º Congresso Nacional de Medicina Tropical.

No âmbito da cooperação, o IHMT estabeleceu protocolos de colaboração com instituições africanas e brasileiras, integrou as missões do Ministério da Saúde a Timor-Leste e a Moçambique e colaborou, na área das doenças transmitidas por vetores, com o Instituto Nacional de Saúde Pública da Guiné-Bissau.

Destaca-se a continuidade da reforma administrativa, a gestão e valorização dos recursos humanos, diferenciando-se os cargos de gestão intermédia, a formalização da atividade museológica e a recuperação de infraestruturas, criando um novo espaço de atendimento aos alunos e um novo espaço destinado à Unidade de Saúde Pública Internacional, com salas de aula, sala para bolseiros, um centro de documentação e gabinetes para docentes e investigadores.

Apresenta-se de seguida uma análise económica, financeira e do património do Instituto, como complemento às demonstrações financeiras do ano de 2015, cumprindo o princípio da transparência das contas do IHMT assumido pela nossa gestão.

2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial

2.1. Análise de execução orçamental

2.1.1. Execução da receita e despesa global

A receita cobrada no ano de 2015 atingiu o montante de 7.948.094,60€, do qual 1.762.834,76€ de saldo de gerência anterior, correspondendo a 22,18% do total. As transferências do Orçamento de Estado (OE) representam 44,28%, as transferências de entidades financiadas pelo OE 12,64%, as transferências provenientes da União Europeia (UE) 1,43% e as receitas próprias 19,46% da receita total.

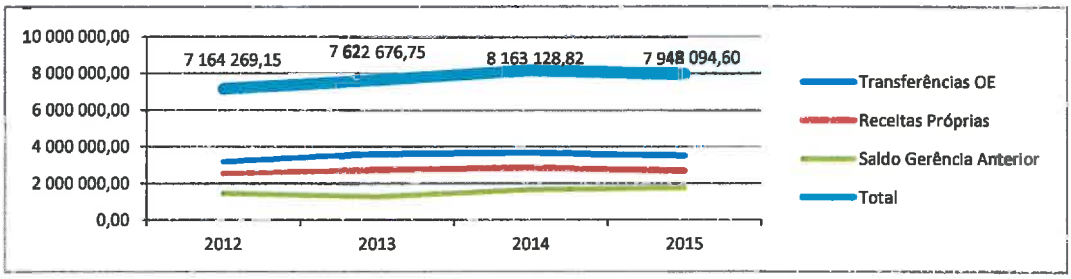

Gráfico 1 – Evolução das receitas arrecadadas

Face ao ano anterior, verificou-se um decréscimo da receita total arrecadada de aproximadamente 2,63% (correspondendo a 215.034,22€), justificado pela redução de 4,09% das transferências diretas do OE e pela redução de 21,06€% das transferências de entidades financiadas pelo OE, destaque para as transferências provenientes da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (FCT) com um decréscimo na ordem dos 26,53%.

As despesas pagas no ano de 2015 atingiram o montante de 5.953.166,56€. Da despesa total, as executadas por verbas provenientes do OE correspondem a 58,91%, por transferências de entidades financiadas pelo OE a 13,75%, por transferências provenientes da UE a 3% e por receitas próprias a 20,05%. Comparativamente a 2014, o total dos pagamentos decresceram aproximadamente 6,99%.

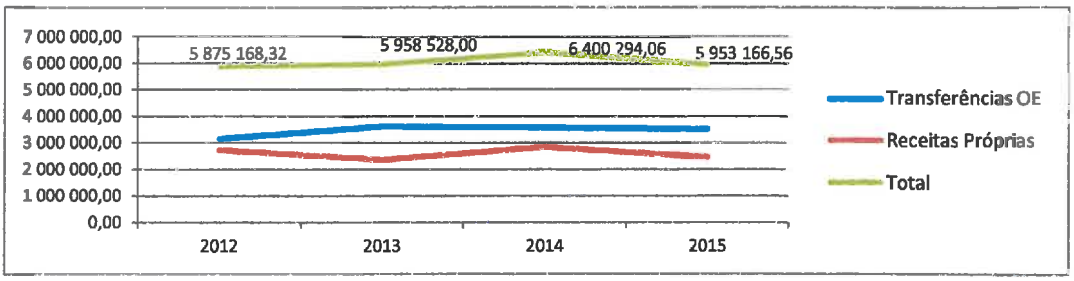

Gráfico 2 – Evolução das despesas pagas

O saldo global ajustado é 232.093,28€, cumprindo deste modo com a Regra do Equilíbrio Orçamental prevista no artigo 25º e 91º da Lei do Enquadramento Orçamental. Verificou-se ainda que o Rácio de Autofinanciamento contemplado no artigo 6º da Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro é de 46,34%, sofrendo um acréscimo de 6,91% face ao ano anterior.

2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2012	2013	2014	2015	Δ(13/12)%	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%
1- Receitas correntes	3 149 123,00	3 599 347,00	3 649 672,00	3 499 641,00			
2- Receitas de capital	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00			
3- Total (1+2)	3 169 123,00	3 619 347,00	3 669 672,00	3 519 641,00	14,21	1,39	-4,09
4- Saldo gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL GERAL (3+4)	3 169 123,00	3 619 347,00	3 669 672,00	3 519 641,00			

Quadro 1 – Evolução da execução da receita – OE

As transferências provenientes do OE passaram de 3.669.672,00€ para 3.519.641,00€, constatando-se uma redução de aproximadamente 4,09% (correspondendo a 150.031,00€) relativamente ao período homólogo.

O OE inicial aprovado para 2015 no montante de 3.363.691,00€ revelou-se insuficiente para fazer face às despesas com pessoal na sequência da declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional relativamente à norma que determinava a redução remuneratória de 2014. Nos termos da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, procedeu-se à reaplicação da redução remuneratória que havia estado em vigor entre 2011 e 2013 revertida em 20%. Perante esta situação foram desencadeadas diligências por parte do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. junto do Ministério das Finanças, que se concretizaram num reforço orçamental total na ordem dos 186.435,00€.

As cativações consagradas na Lei do OE de 2015 ascenderam a 30.485,00€ correspondendo a 15% das dotações iniciais do agrupamento 02 – aquisição de bens e serviços, não podendo este montante ser requisitado, tendo ficado cativo na rubrica das transferências diretas do OE.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	Δ(13/12)%	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%
1- Despesas correntes	3 139 202,94		3 589 280,15		3 544 386,27		3 488 611,71		14,34	-1,25	-1,57
a)- Pessoal	2 644 498,45	84,24	3 218 755,77	89,68	3 430 803,86	96,80	3 273 908,69	93,85	21,72	6,59	-4,57
b)- Outras despesas	494 704,49	15,76	370 524,38	10,32	113 582,41	3,20	214 703,02	6,15	-25,10	-69,35	89,03
2- Despesas de capital	19 777,05		19 471,67		19 999,11		18 608,68		-1,54	2,71	-6,95
TOTAL GERAL (1+2)	3 158 979,99		3 608 751,82		3 564 385,38		3 507 220,39		14,24	-1,23	-1,60
Saldo gerência seg.	10 143,01		10 595,18		105 286,62		12 420,61		4,46	893,72	-88,20

Quadro 2 – Evolução da execução da despesa – OE

Relativamente às despesas pagas, destacam-se as despesas com pessoal que representam cerca de 93,85% das despesas correntes efetuadas, verificando-se um decréscimo de 4,57% face ao ano de 2014, contudo importa referir que executaram-se despesas desta natureza na ordem dos 124.785,58€ por outras fontes de financiamento, nomeadamente saldos de gerência anterior de OE (105.284,58€) e receitas próprias (19.501,00€), correspondendo a custos com pessoal no total de 3.398.694,27€, constatando-se um decréscimo corrigido de 2,11% face ano anterior.

Importa recapitular que no ano anterior, entre janeiro e maio, as remunerações pagas resultaram da aplicação de uma redução remuneratória mais gravosa que aquela que esteve em vigor em 2013. Entre junho e 12 de setembro as remunerações foram pagas sem aplicação de qualquer redução remuneratória e de 13 de setembro a dezembro, foi aplicada a mesma redução remuneratória que esteve em vigor em 2013. Em 2015 as remunerações foram pagas de acordo com o disposto na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, revertida de 20%. Estas alterações influenciaram diretamente os totais dos encargos com pessoal e dificultaram a comparabilidade com o período hómologo.

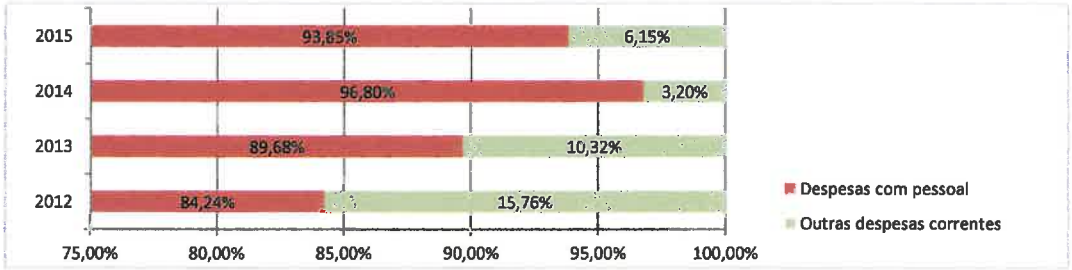

Gráfico 3 – Distribuição das despesas correntes executadas pelo OE

Para além das despesas com pessoal, as transferências diretas do OE financiaram uma pequena parte das estruturas básicas de apoio às atividades do Instituto, nomeadamente parte dos serviços de manutenção e assistência técnica do equipamento informático, administrativo e básico (51.753,98€), os serviços de limpeza e higiene (50.882,52€), parte os diversos serviços de conservação e reparação do edifício e equipamentos (21.751,15€), as comunicações fixas de voz, móveis e acessos à internet (9.974,87€), parte dos serviços de formação de recursos humanos (4.960,67€), os serviços de licenciamento da aplicação informática de suporte à Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial e à Divisão de Gestão de Recursos Humanos (4.162,32€), a aquisição de material de limpeza e higiene (5.940,71€), a aquisição de material de escritório (3.967,74€), a quotização anual na organização internacional EHMA (2.500,00€) e outras despesas correntes (9.071,34€).

As aquisições de bens e serviços no âmbito da atividade propriamente dita reportaram-se para as receitas próprias e para as transferências de entidades financiadas pelo OE e UE, tendo-se executado por esta fonte de financiamento somente a quantia de 49.737,72€.

O investimento realizado em 2015 ascendeu o montante de 18.608,68€, justificado pelos custos com o desenvolvimento do novo *design* e arquitetura de informação do *website* no montante de 6.088,50€, pela aquisição de uma estufa destinada à Central de Lavagens e Esterilização no montante de 3.444,00€, pela aquisição de *software*, nomeadamente a aquisição do módulo de sumários *online* para os docentes no montante de 2.554,51€ (num total de 3.589,14€), a renovação do sistema de som da Aula Magna e Sala Fraga de Azevedo no montante total de 3.626,66€, a aquisição do processador para a central telefónica no montante de 1.845,00€ e outros investimentos no total de 1.050,01€.

2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2012	2013	2014	2015	Δ(13/12)%	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%
Propinas e outras taxas	604 469,28	736 936,12	826 752,17	811 418,28	21,91	12,19	-1,85
Bens e serviços	266 694,32	292 899,94	538 369,98	462 317,65	9,83	83,81	-14,13
Transferências	1 586 953,50	1 683 792,76	1 463 480,51	1 386 517,90	6,10	-13,08	-5,26
Outras receitas	65 686,89	600,10	705,41	5 365,01	-99,09	17,55	660,55
1- Total	2 523 803,99	2 714 228,92	2 829 308,07	2 665 618,84	7,55	4,24	-5,79
2- Saldo da gerência anterior	1 471 342,16	1 289 100,83	1 664 148,75	1 762 834,76			
TOTAL GERAL (1+2)	3 995 146,15	4 003 329,75	4 493 456,82	4 428 453,60	0,20	12,24	-1,45

Quadro 3 – Evolução da execução da receita – receitas próprias

As receitas cobradas provenientes de receitas próprias e de transferências efetuadas por organismos financiados pelo OE e pela UE decresceram 5,79% face ao ano anterior. Essencialmente a receita arrecadada, advêm de transferências correntes e de capital (32,07%), de propinas e outras taxas (18,77%) e da venda de bens e serviços correntes (10,69%). O saldo de gerência anterior representa 39,80% do total.

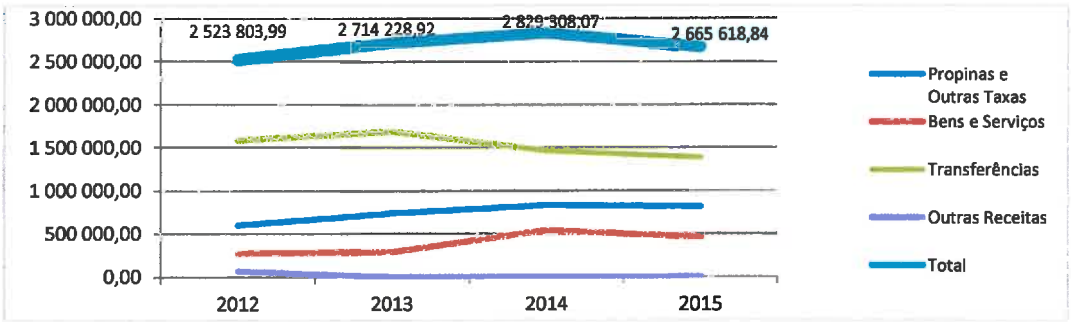

Gráfico 4 – Evolução dos recebimentos de receitas próprias

Os recebimentos de propinas de cursos de 2º e 3º ciclo ascenderam a 488.938,03€, cabendo o montante de 231.890,11€ a edições do ano letivo 2014/15 e o restante às novas edições do ano letivo em curso. A variação positiva de aproximadamente 2,80% face ano anterior deve-se essencialmente ao faseamento do

recebimento das propinas previsto no Regulamento de Propinas do IHMT em vigor desde o ano letivo 2012/13.

Transitou por receber o montante total de 230.161,30€, correspondendo 77,82% a prestações de propinas do ano letivo 2015/16, o remanescente respeita a dívidas de alunos com antiguidade superior a um ano, sendo 8.455,00€ de 2º ciclo e 42.586,72€ de 3º ciclo.

Destaca-se que a 6ª edição do mestrado em Microbiologia Médica, partilhado pelas unidades orgânicas da UNL, nomeadamente Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) e Faculdade de Ciências Médicas (FCM), é administrativamente gerida pelo IHMT. Neste âmbito arrecadou-se 29.000,00€ de propinas referentes ao 2º ano, sendo a redistribuição da verba da responsabilidade da coordenação do curso, dos quais 9.000,00€ pertencem ao IHMT e 20.000,00€ às unidades orgânicas parceiras, valor este que está a onerar o valor total dos recebimentos de propinas.

Por sua vez, a FCT procedeu à transferência de propinas, referente a alunos que beneficiam de bolsas pela frequência no programa de doutoramentos do IHMT, relativamente ao ano de 2014 e 2015, no montante de 60.500,00€.

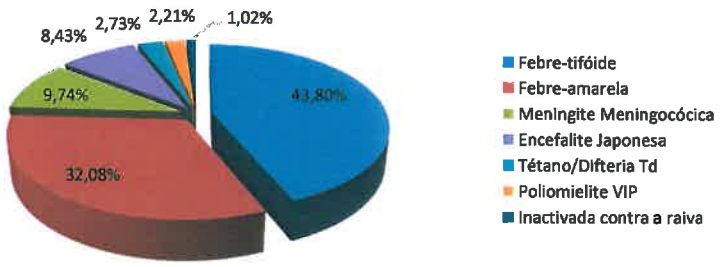

Gráfico 5 – Recebimentos derivados do serviço de vacinação, por vacina

Em 2015 foram inoculadas 15.991 vacinas. Os recebimentos derivados do serviço de vacinação aos viajantes ascenderam a 309.707,75€, correspondendo a um decréscimo de aproximadamente 7,84% face ao período análogo, motivado essencialmente pela diminuição do número de inoculações das vacinas contra a febre-amarela (decréscimo de 1.594 inoculações, num total de 4.966), contra a febre-tifóide (decréscimo de 268 inoculações, num total de 6.782) e contra a poliomielite (decréscimo de 458 inoculações, num total de 584). Paralelamente, verificou-se o aumento da procura da vacina tétano/difteria e das vacinas contra a meningite meningocócica, encefalite japonesa e inativada contra a raiva (acréscimo de 755 inoculações, num total de 3.659, correspondendo a um aumento de 28,47% face ano anterior).

Desde o ano 2013, todas as vacinas passaram a ser adquiridas diretamente no mercado aos laboratórios autorizados pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (INFARMED). Em 2015, o custo com a aquisição das vacinas ascendeu a 167.203,94€. É expetável que as vacinas em *stock* gerem receitas na ordem dos 268.000,00€ no próximo ano.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2012	2013	2014	2015	Δ(13/12)%	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%
Consultas	990,00	585,00	855,00	2 880,00	-40,91	46,15	236,84
Análises clínicas:							
Hospitais/Centros Hospitalares	52 957,72	46 740,41	69 289,60	101 513,87	-11,74	48,24	46,51
Utentes	14 376,97	32 078,58	39 085,57	35 003,43	123,12	21,84	-10,44
Estudos, pareceres e projetos	17 820,61	62 980,77	233 444,49	154 567,77	253,42	270,66	-33,79
Outros bens e serviços	180 549,02	150 515,18	195 910,75	168 352,58	-16,63	30,16	-14,07
TOTAL GERAL	**266 694,32**	**292 899,94**	**538 585,41**	**462 317,65**	**9,83**	**83,88**	**-14,16**

Quadro 4 – Evolução da execução da receita – Prestações de serviços

No que respeita a recebimentos provenientes de serviços de análises clínicas a hospitais e centros hospitalares, à semelhança do sucedido no ano transato, assistiu-se ao aumento de aproximadamente 46,51%. No que se refere a dívidas de anos anteriores, arrecadou-se o montante de 69.110,17€, representado cerca de 71,62% do total da dívida, assumindo especial relevância as regularizações efetuadas pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. e Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. no montante de 22.612,11€ e 14.243,30€, respetivamente.

No corrente ano, a receita liquidada ascendeu a 93.750,31€, verificando-se um aumento de aproximadamente 54,84% face ao ano anterior, tendo sido arrecadada apenas 34,56% correspondendo à quantia de 32.403,70€, isto apesar das unidades de saúde estarem sujeitos à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que proíbe a assunção de novos compromissos por parte das entidades públicas com pagamentos em atraso (superiores a 90 dias).

Por sua vez, a receita gerada com análises clínicas a utentes diminuiu, totalizando o montante de 35.003,43€, correspondendo a um decréscimo de 10,44% face ao ano anterior, justificado pela redução dos pedidos de análises verificando-se um decréscimo de 370, num total de 1.282 pedidos.

(em euros)

IDENTIFICAÇÃO	MONTANTE
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E	32 993,31
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	16 522,65
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	15 546,19
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	5 137,20
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	4 969,00
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	4 405,18
Centro Hospitalar Barreiro Montijo EPE	2 402,70
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	1 816,00
Hospital Distrital de Santarém, EPE	1 356,50
Hospital do Divino Espirito Santode Ponta Delgada, EPE	1 120,00
Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, EPE	610,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	550,00
Hospital da Horta, EPE	300,00
Centro Hospitalar de São João, EPE	260,00
Hospital das Forças Armadas - Polo de Lisboa	183,00
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	119,70
Centro Hospitalar do Porto, EPE	100,00
Hospital Garcia de Orta, EPE	97,50
Hospital do SAMS	9,00
TOTAL GERAL	88 497,93

Quadro 5 – Detalhe das dívidas de hospitais e centros hospitalares

No que respeita a receitas geradas resultantes de estudos, pareceres, projetos e consultoria na ordem dos 154.567,77€, realça-se os contratos de prestação de serviços com a EHMA – *European Health Management Association* com recebimentos na ordem dos 47.400,00€, com a Liga Portuguesa contra a Sida na ordem dos 38.772,00€ e com a Direção-Geral de Saúde com recebimentos na ordem dos 35.625,72€.

No âmbito da receita gerada com outros serviços, salienta-se a verba recebida da ADMT resultado da cedência do espaço destinado às consultas externas, bem como o direito à sua exploração no valor de 24.600,00€, referente ao ano 2014, a receita proveniente da utilização do estacionamento, na ordem dos 12.580,00€ e a concessão de exploração anual da cantina à Litoalentejo,Lda no valor de 7.380,00€.

Os patrocínios arrecadados destinados maioritariamente ao «3º Congresso Nacional de Medicina Tropical» ascenderam a 39.997,00€ e as inscrições totalizaram 11.800,00€.

Por sua vez, os serviços de docência prestados ao exterior ascenderam a 23.891,42€, os recebimentos provenientes de estágios de formação a 10.027,00€ e os serviços prestados pelo Biotério geraram recebimentos no valor de 19.137,74€.

No que respeita à venda de bens, realça-se a receita resultante da venda do Boletim Internacional de Vacinação na ordem dos 5.600,00€ e de *merchandising* na ordem dos 980,00€.

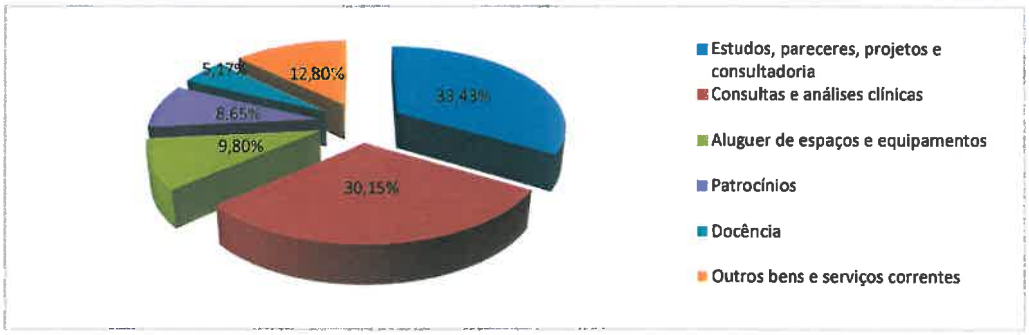

Gráfico 6 – Recebimentos de receitas próprias correntes e capital, por natureza

Os recebimentos de transferências correntes e de capital decresceram face ao período análogo cerca de 5,26%, correspondendo a uma diminuição na ordem dos 76.962,61€.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2012	2013	2014	2015
Administração Central do Estado	0,00	10 000,00	0,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos				
Administração Central do Sistema de Saúde	0,00	0,00	0,00	77 039,19
Faculdade de Farmácia UL	0,00	40 663,73	0,00	38 199,07
Faculdade de Medicina Veterinária UTL	9 178,95	4 854,60	31 850,63	0,00
Fundação p/ Ciência e Tecnologia	1 019 637,62	1 267 555,25	1 203 095,17	883 955,52
Instituto de Investigação Científica e Tropical	21 026,70	14 388,80	9 400,00	2 500,00
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge	12 000,00	0,00	6 000,00	0,00
Instituto Superior de Agronomia UTL	0,00	8 926,20	7 794,06	2 549,92
Instituto Superior Técnico UTL	0,00	1 742,89	0,00	0,00
Instituto de Tecnologia Química e Biológica	0,00	0,00	0,00	12 074,99
Reitoria UNL	0,00	0,00	0,00	27 806,00
Universidade do Minho	6 213,60	0,00	529,24	7 235,83
Outros	12 103,95	0,00	14 142,00	1 487,00
Instituições privadas e sem fins lucrativos				
ADEIM - Ass. p/ Desenvolvimento Ensino e Inv. Microbiologia	8 746,40	15 966,68	2 850,03	28 126,52
Ciência Viva - Agência Nacional p/Cultura Científica e Tecnológica	0,00	11 417,29	2 467,80	7 173,60
Centro de Ciências do Mar	0,00	9 642,33	1 928,47	16 451,72
Faculdade de Ciências UP	0,00	4 368,59	0,00	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian	87 053,00	7 600,00	5 794,28	20 000,00
Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia UNL	0,00	1 741,64	0,00	0,00
GAT - Grupo Português de Activistas s/ Tratamentos de VIH/SIDA	0,00	3 451,20	7 561,20	4 200,00
IBMC - Instituto de Biologia Molecular e Celular	0,00	0,00	6 071,70	0,00
Gilead Sciences, Lda	0,00	0,00	0,00	30 000,00
Outros	34 940,62	7 500,00	4 613,18	6 903,97
Exterior				
União Europeia	355 084,38	273 973,56	159 382,75	34 014,87
Outros	20 968,28	0,00	0,00	186 799,70
TOTAL	**1 586 953,50**	**1 683 792,76**	**1 463 480,51**	**1 386 517,90**

Quadro 6 – Detalhe das transferências de receita correntes e de capital

Face ao período homólogo, as transferências da FCT diminuíram em cerca de 26,53% e as provenientes da UE cerca de 78,66%. Inversamente, as transferências arrecadadas oriundas do resto do mundo aumentaram totalizando 186.799,70€, correspondendo a financiamento da Fundação Bill & Melinda Gates o montante de 88.214,54€, da Organização Mundial da Saúde o montante de 70.814,40€ e da Fundação Elsevier o montante de 27.770,76€.

O acentuado decréscimo registado nos últimos anos das transferências da UE é fundado pela gradual redução de projetos de investigação com financiamento desta natureza. Em 2015 encontrava-se em curso apenas o Projeto Berenice, com financiamento de 280.000,00€, tendo sido arrecadado até então 80,11% do previsto. Arrecadou-se o montante de 34.014,87€ referente a reembolsos finais de projetos encerrados.

No que respeita ao financiamento da FCT contabilizaram-se transferências no âmbito de projetos de investigação na ordem dos 547.418,94€, correspondendo o montante de 55.264,32€ a projetos em execução; o montante de 180.112,40€ a reembolsos finais de projetos encerrados; o montante de 312.042,22€ referente a projetos encerrados a aguardar o último financiamento, perspetivando-se recebimentos em orçamentos futuros na quantia de 104.289,49€. Constata-se deste modo uma redução dos projetos de investigação em curso, pois os novos projetos não compensaram os encerrados.

Quanto ao financiamento dos projetos estratégicos encerrados das unidades de I&D, UPMM e CMDT, contabilizaram-se recebimentos no montante total de 121.413,54€, ficando pendente de reembolso final a quantia de 158.455,44€. No âmbito do financiamento plurianual do centro de I&D, GHTM, arrecadou-se o montante de 101.294,10€, correspondendo a 10% do financiamento previsto.

As transferências no âmbito dos programas de contratação de investigadores doutorados ascenderam a 103.328,94€.

Por sua vez, as candidaturas no âmbito do Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC) e no âmbito do Convénio FCT/CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ascenderam a 10.500,00€.

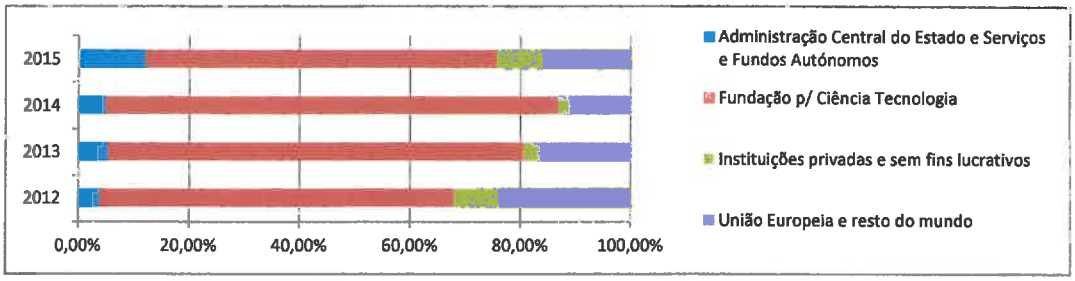

Gráfico 7 – Evolução das transferências correntes e de capital

A FCT continua a ter um peso significativo no financiamento da atividade de investigação desenvolvida, representando 63,75% das transferências totais, assim como as transferências europeias e do resto do mundo representando 15,93% das transferências totais. As receitas com origem em Serviços da Administração Central do Estado, assim como Serviços e Fundos Autónomos, excluindo FCT, ascenderam a 168.892,00€, correspondendo a 12,18% das transferências totais, as transferências provenientes de instituições privadas e de instituições sem fins lucrativos cifraram-se em 112.855,81€, representando 8,14% das transferências totais.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	Δ(13/12)%	Δ(14/13)%	Δ(15/14)%
1- Despesas correntes	**2 564 646,70**		**2 294 328,89**		**2 736 371,75**		**2 307 666,77**		**-10,54**	**19,27**	**-15,67**
a)- Pessoal	947 411,25	36,94	760 836,09	33,16	561 294,16	20,51	521 157,05	22,58	-19,69	-26,23	-7,15
b)- Outras despesas	1 617 235,45	63,06	1 533 492,80	66,84	2 175 077,59	79,49	1 786 509,72	77,42	-5,18	41,84	-17,86
2- Despesas de capital	151 541,63		55 447,29		99 536,93		138 279,40		**-63,41**	**79,52**	**38,92**
TOTAL GERAL (1+2)	**2 716 188,33**		**2 349 776,18**		**2 835 908,68**		**2 445 946,17**		**-13,49**	**20,69**	**-13,75**

Quadro 7 – Evolução da execução da despesa – receitas próprias

As despesas efetuadas por receitas próprias mantêm a autossustentabilidade das atividades. O ensino pós-graduado é financiado pelas propinas e demais emolumentos, a investigação é financiada por concursos públicos competitivos e por outros financiamentos, tais como subsídios e donativos, a prestação de serviços à comunidade é financiada pelas taxas de vacinação, pelas receitas das análises clínicas entre outras diretamente relacionadas com esta atividade.

Executaram-se por saldos de gerência anterior do OE e por receitas próprias despesas com pessoal "permanente" na ordem dos 124.785,58€.

As outras despesas correntes cresceram cerca de 17,86% face ao ano anterior e representam aproximadamente 73,04% das despesas totais financiadas por receitas próprias.

À semelhança de anos anteriores, houve necessidade de transferir a esmagadora maioria dos encargos com estruturas básicas de apoio às atividades para o orçamento de receitas próprias, representando cerca de 81% dos encargos desta natureza. Nestes incluem-se os fornecimentos de água e eletricidade (159.388,30€), os serviços de segurança e vigilância (77.837,71€), parte dos serviços de conservação e reparação de edifícios, equipamentos e outros bens (37.351,46€), parte dos serviços de assistência técnica a equipamento informático, administrativo e laboratorial (36.717,02€), os serviços de consultoria de comunicação (23.333,10€), os fornecimentos de gás do Biotério e do edifício Principal (15.470,76€), os fornecimentos de azoto (11.464,29€), os serviços de fiscalização e auditoria (9.003,60€), os serviços de correio (6.628,56€), os serviços de lavandaria e tratamento de vestuário (6.140,16€), os serviços de consultoria técnica no Biotério (6.088,50€), os serviços de recolha e tratamento de resíduos (5.946,35€),

os serviços de monitorização de informação (3.690,00€), os serviços de aluguer de garrafas industriais e fornecimento de gases puros (2.656,80€), as despesas de representação (2.605,20€) e os seguros de alunos, bolseiros, viagens e viatura (2.567,12€).

Deu-se continuidade às obras de requalificação e manutenção do edifício, nomeadamente a reabilitação do novo espaço da Unidade de Ensino e Investigação de Saúde Pública Internacional e Bioestatística (UEI SPIB) em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas da UNL, assim como à repavimentação da Aula Magna, entre outras pequenas reparações. No espaço exterior procedeu-se à limpeza do coberto arbóreo e arbustivo da mata e respetiva manutenção e prosseguiu-se com o desenvolvimento do projeto de requalificação do muro em parceria com a Universidade de Lisboa.

No que respeita a comunicação e imagem do Instituto prosseguiu-se com a estratégia de comunicação com o objetivo de promover as atividades com principal enfoque na renovação do *website* com uma imagem modernizada e em versão bilingue com custos a ascender a 14.391,17€ e através de publicidade nos *media*, nomeadamente televisão e internet, com custos totais de 10.951,82€.

À semelhança de anos anteriores, realizaram-se aquisições de bens e serviços ao abrigo dos respetivos Acordos Quadro (contratação centralizada e transversal de compras públicas) e através da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria - Geral do Ministério da Educação e Ciência, a preços mais atrativos resultantes das sinergias e economias de escala obtidas, nomeadamente a aquisição de material de escritório, a contratualização dos serviços de limpeza e higiene, os fornecimentos de eletricidade e a aquisição de SIP *Trunks* sobre RCTS.

Os custos com a aquisição de reagentes e consumíveis de laboratório, com deslocações e estadas, despesas com publicidade, bolsas de investigação e transferências para parceiros e outras despesas correntes diretamente relacionados com as principais atividades da instituição, decresceram em cerca de 23,51% face ao ano anterior, ascendendo a 877.338,18€ (sendo o montante de 49.737,72€ executado pelas transferências diretas do OE), motivado essencialmente pelo decréscimo de projetos de investigação em curso.

Importa referir ainda, que até finais do ano 2012, não existiam quaisquer custos com aquisição de vacinas, pois as mesmas eram cedidas pela ARSLVT e a inversão desta prática acarretou custos para o Instituto no corrente ano no total de 167.203,94€ correspondendo a um decréscimo de 33,12% face ao ano anterior, justificado pela existência de *stocks* iniciais valorizados em aproximadamente 103.145,66€.

Finalmente, os investimentos de capital aumentaram em cerca de 38,92%, contabilizando-se despesas na ordem dos 138.279,40€, correspondendo 40.402,77€ a receitas próprias, com destaque para aquisição do equipamento informático, administrativo e audiovisual para as novas instalações da UEI SPIB (17.743,72€), e a implementação do sistema de *streaming* (6.336,97€). O remanescente foi executado por verbas provenientes de receitas gerais no âmbito de projetos de investigação, assim como da UE, destinados nomeadamente a aquisição de equipamento básico (85.409,43€), nomeadamente a aquisição de um Citómetro de Fluxo (67.650,00€) e de uma máquina de água destilada (14.077,35€); aquisição de *software e hardware* informático (11.569,30€), equipamento básico (85.409,43€) e outros (897,90€).

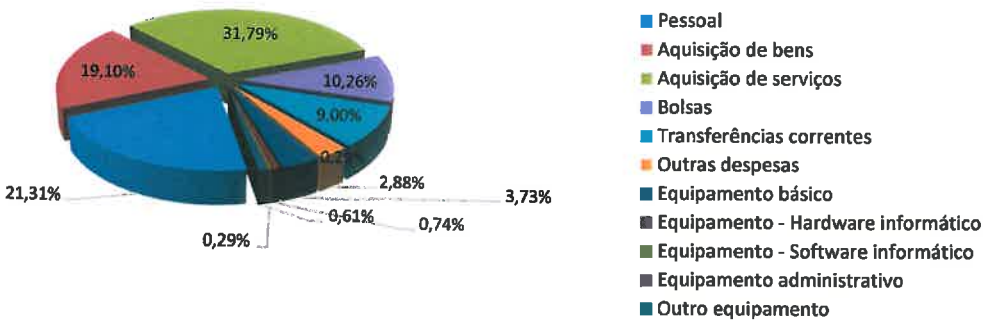

Gráfico 8 – Pagamentos de receitas próprias correntes e capital, por natureza

2.2. Análise da situação financeira e patrimonial

2.2.1. Balanço

À data de encerramento, o total do ativo líquido ascende a 5.955.498,27€ e o total do passivo ascende a 2.487.080,40€, sendo os Fundos Próprios de 3.468.417,87€ (incluindo o resultado líquido negativo 60.646,45€).

O imobilizado corpóreo e incorpóreo bruto atinge o valor de 8.686.890,09€, ao qual correspondem 5.439.301,83€ de amortizações. Os aumentos de ativo bruto ascenderam a 1.179.628,02€, destacando-se o incremento no ativo no montante de 1.022.731,92€ referente ao projeto de requalificação geral do edifício e novos laboratórios, no período de 2006 a 2009 no âmbito do PIDDAC da Reitoria da UNL. Os abates traduziram-se numa redução de 11.571,92€.

Independentemente da avaliação efetuada pela *Colliers* P&I a todos os imóveis da administração do Instituto optou-se por não se proceder ao registo contabilístico até à conclusão do processo de transferência para a titularidade da UNL. O registo contabilístico da reavaliação destes imóveis encontra-se, também, condicionado ao termo deste processo. No que respeita aos restantes imóveis afetos à atividade, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, não integram ainda a representação do património no Balanço da UNL. Exceciona-se o edifício do Biotério, uma vez que a sua construção foi efetuada mediante verbas PIDDAC.

Relativamente ao ativo circulante, as existências finais em armazém valorizam-se em 20.744,63€. De salientar que os materiais de laboratório e reagentes, adquiridos diretamente para as unidades de ensino e investigação, encontram-se contabilizados como consumos na data da respetiva aquisição, dado que a maior parte destas aquisições são para consumo imediato.

As dívidas de terceiros ascendem a 352.723,60€, correspondendo maioritariamente a fundos próprios. As propinas de mestrados e doutoramentos referentes ao ano letivo 2015/16 foram faturadas e contabilizadas na sua totalidade no ato da matrícula. O Regulamento de Propinas do IHMT consagra a obrigatoriedade de liquidação de 50% das mesmas no ato da matrícula (2015) e o remanescente no ano seguinte. As dívidas de alunos ascendem a 231.406,20€, incluindo 51.116,62€ de créditos de cobrança duvidosa.

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi reduzida em 31.901,88€, justificada pelo recebimento de dívidas de hospitais e centros hospitalares na ordem dos 16.831,88€ e pelo recebimento de dívidas de alunos na ordem dos 15.070,00€. Reforçou-se a provisão para créditos de cobrança duvidosa em mora há

mais de um ano para hospitais e centros hospitalares em 4.556,98€, alunos em 42.156,62€ e outros clientes em 12.623,86€, totalizando 59.337,46€.

O saldo de disponibilidades decompõe-se em 70,33€ de valores de caixa, em 522.867,75€ de depósitos na banca comercial e 1.558.460,13€ de depósitos no IGCP – Agência da Tesouraria e da Dívida Pública.

Contabilizaram-se acréscimos de proveitos na ordem dos 358.600,79€ no âmbito de financiamentos de projetos que se prevê as respetivas transferências no exercício seguinte, mas cujos custos já foram suportados.

No que respeita ao passivo, as dívidas a terceiros ascendem a 88.533,15€, correspondendo maioritariamente a despesa de fundos alheios, nomeadamente a quantia de 1.015,23€ referente ao IVA do mês de dezembro; as quantias de 56.174,51€ e 27.354,24€ dizem respeito, respetivamente, a contribuições para a CGA e SS provenientes do processamento de vencimentos de dezembro; o montante de 1.571,20€ reporta a cauções de fornecedores e o montante de 2.322,99€ refere-se a valores recebidos indevidamente. No que respeita a fornecedores ficou pendente de pagamento o montante de 94,98€.

A rubrica de acréscimos de custos no montante de 514.900,21€ espelha a estimativa apurada com as remunerações de férias, subsídio de férias e encargos da entidade patronal a liquidar no exercício seguinte. A rubrica de proveitos diferidos ascende a 1.883.647,04€, compreende o montante de 315.833,33€ de propinas de mestrados e doutoramentos, o montante de 379.070,35€ de projetos de investigação e o montante de 1.188.743,36€ referente a subsídios para investimentos.

2.2.2. Demonstração de resultados por natureza

Os custos e perdas totais ascendem a 6.150.225,64€ e o total dos proveitos ascendem a 6.089.579,19€, pelo que o exercício foi encerrado com um resultado líquido negativo no valor de 60.646,45€. Verifica-se um decréscimo face ao ano anterior de aproximadamente 130,19% motivado pelo abrandamento das principais atividades da instituição, nomeadamente investigação e as prestações de serviços à comunidade.

Os custos e perdas operacionais do exercício decresceram 6,17% ascendendo a 5.992.458,88€, correspondendo 63,74% a custos com pessoal; 23,79% a custos com fornecimentos e serviços externos; 7,86% a custos com transferências correntes concedidas e prestações sociais; 4,25% a custos com amortizações e provisões do exercício; 0,21% ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e 0,16% a outros custos operacionais.

Os custos e perdas extraordinários decresceram 44,59% ascendendo a 148.777,21€, dos quais 97,84% referem-se a custos incorridos provenientes da especialização e restituição no âmbito de projetos de investigação.

Os custos e perdas financeiras decresceram 8,42% ascendendo a 8.989,55€, dos quais 97,54€ referem-se a encargos bancários.

Os proveitos e ganhos operacionais decresceram 13,46% ascendendo a 5.656.464,92€, dos quais 61,81% respeitam a proveitos associados às transferências do OE; 17,18% a transferências e subsídios correntes obtidos; 13,71% a proveitos provenientes de impostos e taxas; 6,81% a proveitos de vendas e prestações de serviços e 0,43% a proveitos suplementares.

Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram 31,57% ascendendo a 432.914,60€, dos quais 68,63% referem-se a proveitos reconhecidos oriundos da especialização de projetos de investigação. Os proveitos provenientes de subsídios ao investimento foram reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a que se destinaram no montante total de 78.589,84€.

Os proveitos e ganhos financeiros decresceram 22,43% ascendendo a 199,67€, dos quais 68,62% referem-se a descontos obtidos em pagamentos.

3. Perspetivas

O Conselho de Gestão definiu para o ano de 2016 um Plano de Ação, que assenta nos seguintes objetivos estratégicos, agrupados em três áreas: Ensino, Investigação e Cooperação.

Ensino

- ✓ Assegurar a qualidade e a eficiência no ensino, incluindo a formação técnico-profissional e direcionar a oferta pedagógica para mercados específicos, deslocalizando-o quando apropriado e reforçando o ensino à distância quando oportuno;

Investigação

- ✓ Alinhar a investigação nas áreas de excelência do GHTM, reforçando a capacidade tecnológica e identificando novas áreas de trabalho;

Cooperação

- ✓ Alinhar a cooperação e apoio ao desenvolvimento com o reforço de redes de instituições de formação, investigação e de prestação de cuidados de saúde nos países lusófonos;
- ✓ Reforçar a presença e colaboração com instituições de cooperação multilateral.

O Conselho de Gestão,